

PROCESSOS DE ENSINO/APRENDIZAGEM EM ARTE NOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM-PA

TEACHING/LEARNING PROCESSES IN ART IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL IN THE PUBLIC SCHOOLS OF BELÉM-PA

Ana Del Tabor Vasconcelos Magalhães¹

Resumo:

Este artigo tem o propósito de compartilhar o desenvolvimento inicial da pesquisa denominada “O ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da Educação Básica: as concepções e percepções dos professores das escolas públicas de Belém-PA”. Apresenta discussões sobre: ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica; reflexões sobre a legislação e o Ensino da Arte, e discute a atuação do professor de Arte e do professor de Pedagogia nos anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia é de cunho qualitativo descritivo e as ideias apresentadas são fundamentadas em Barbosa (1988,1998, 2005, 2010, 2012, 2014, 2015), Coutinho (2012), Rossi (2014), dentre outros autores, que foram fundamentais para elucidar as reflexões acerca dos assuntos aqui abordados. Os resultados apontam para a necessidade de se investir em políticas educacionais que priorizem o ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica.

Palavras-chave: Ensino da Arte. Política Educacional. Ensino/Aprendizagem.

Abstract:

This article aims to share the initial development of the study called "The teaching/learning of art in the early years of basic education: conceptions and perceptions of teachers in public schools in Belém-PA". It presents discussions on teaching/learning art in the early years of basic education; reflections on current legislation and art teaching, and on the role of the art teacher and the pedagogue in the early years of elementary school. The ideas presented are based on Barbosa (1998, 2005, 2010, 2012, 2014, 2015), Coutinho (2012), and Rossi (2014), among others, who were fundamental in elucidating the reflections on the issues herein addressed. The results point to the need to invest in educational policies that prioritize the teaching/learning of art in the early years of basic education.

Keywords: Art teaching. Educational policy. Teaching/Learning.

¹ Docente associada da Universidade Federal do Pará, Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Artes Visuais, Coordenadora do Projeto de Pesquisa - O ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da Educação Básica: as concepções e percepções dos professores das escolas públicas de Belém-PA, vinculado à Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA. Integrante dos Grupos de Pesquisas: Ensino de Arte e Tecnologias Contemporâneas/UFMG- (CNPq) e Arte, Memórias e Acervos na Amazônia/UFPA- (CNPq). Membro da Diretoria da Federação de Arte/Educadores do Brasil-FAEB. E-mail: anadel@ufpa.br

Introdução

Este artigo tem o propósito de compartilhar o desenvolvimento inicial da pesquisa² denominada “O ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da Educação Básica: as concepções e percepções dos professores das escolas públicas de Belém-PA”. A pesquisa objetiva conhecer e analisar os processos de ensino/aprendizagem dos professores que atuam com o Ensino da Arte nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas de Belém -PA.

Pretende dar continuidade a pesquisa de tese desenvolvida e defendida no Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG no ano de 2019, intitulada “Experiências de Ensinar/Aprender Artes Visuais: O estágio curricular como campo de investigação na formação inicial docente”. Busca responder a seguinte questão: Como os professores dos anos iniciais da Educação Básica das escolas públicas de Belém estão conduzindo o componente curricular Arte a partir das mudanças feitas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 para garantir a democratização do Ensino da Arte?

A abordagem qualitativa-descritiva será utilizada com aplicação de questionário que poderá ser disponibilizado na internet ou aplicados nas Rodas de Conversa/Encontros/Reuniões. Professores de Arte e Professores de Pedagogia dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas de Belém serão participantes desta pesquisa. Assim, 30 professores das redes de ensino da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), farão parte do processo.

Para levantamento e análise da produção acadêmica focamos inicialmente na temática sobre ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica, BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e a legislação. O plano inicial desta pesquisa previa que a coleta seria realizada após a visita às escolas com o propósito de definir quais professores seriam inseridos. No entanto, houve a necessidade de alterar o cronograma em função da pandemia e de aguardar, também, as autorizações solicitadas às secretarias de educação SEDUC e SEMEC para iniciar a coleta de dados prevista para abril de 2021.

² Pesquisa vinculada à Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA e aprovada pelo Edital PRODOUTOR/UFPA/PROPESP em agosto 2020. Participam da equipe as professoras colaboradoras e doutorandas em Artes, Rita de Cássia Cabral Rodrigues de França, Nélia Lúcia Fonseca e a discente Nahanne Simões Taverny, bolsista do curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPA.

A Análise de Conteúdo será utilizada para descrever e interpretar os textos e documentos coletados e posteriormente será apresentada na forma de artigos discursivos-argumentativos. Os resultados parcial e final serão divulgados por meio de publicações acadêmicas e eventos científicos (BARDIN, 2010).

No desenvolvimento das ações planejadas, tivemos acesso às Propostas Curriculares da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria Municipal de Educação (em processo de aprovação), assim como selecionamos alguns textos para realização da pesquisa bibliográfica. Por meio de levantamento bibliográfico, análise de documentos oficiais e levantamento de pesquisas realizadas, percebemos a relevância social desta pesquisa nas áreas de Artes e Educação.

Dentre os autores que discutem a temática central, encontramos afinidades teóricas com: Barbosa (1998, 2005, 2012, 2014, 2015), Coutinho (2012), Nóvoa (1997), Smith (1997), Ferraz; Fusari (1992), Rossi (2014), entre outros para elucidar as reflexões acerca dos assuntos aqui abordados e as ideias apresentadas.

Assim, para melhor compreensão deste artigo, a sua estrutura contempla reflexões centradas em: Ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da Educação Básica; a legislação e o Ensino da Arte e reflexões sobre a atuação do professor de Arte e do professor de Pedagogia nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Ensino/Aprendizagem de Arte nos Anos Iniciais da Educação Básica

Estamos vivenciando mudanças e transformações curriculares na educação brasileira e as práticas educativas na área de Artes são/serão afetadas, principalmente nos processos de ensino/aprendizagem de Arte na Educação Básica. Refletir sobre a questão centrada nos anos iniciais do Ensino Fundamental é o nosso propósito neste tópico, pois entende-se que o acesso aos saberes artísticos/estéticos/culturais dos estudantes é condição *sine qua non* para construir conhecimentos significativos.

Ao abordar sobre a importância da Arte na Educação e a necessidade de acesso aos conhecimentos no campo da Arte, Ana Mae Barbosa afirma que:

[...] A escola seria a instituição pública que pode tornar o acesso possível para a vasta maioria dos estudantes em nossa nação. [...] Sem conhecimento de arte e história não é possível a consciência de identidade nacional. A escola seria o lugar em que se poderia exercer o princípio democrático de acesso à informação e formação estética de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais de diferentes grupos. (BARBOSA, 2014, p.34)

O ensino de Arte tem passado por várias mudanças ao longo de seu percurso

histórico. Os modelos curriculares importados sem a necessária contextualização para o Brasil acentuaram os descasos para com a Arte e seu ensino. Ampliar o debate considerando as orientações curriculares para o componente Arte e as respectivas Unidades Temáticas – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro e Artes Integradas - propostas pela Base Nacional Comum Curricular -BNCC (2017), é assunto que merece a atenção para um posicionamento crítico diante das incertezas na Educação nacional.

Como componente curricular obrigatório da Educação Básica a presença da Arte ainda tem evidenciado muitos conflitos e tentativas de acertos nos processos de ensino/aprendizagem das escolas. Para Ralph Smith (1997), “[...] a Arte, como uma das realizações humanas, cujo poder tem sido salientado desde a Antiguidade [...] exige seu próprio tempo e espaço dentro do currículo” (SMITH, 1997, p. 96). O autor argumenta a importância do aprendizado sequencial para o ensino da Arte objetivando construir sistematicamente uma sensibilidade estética e um ambiente sensível para que possamos agir e refletir as experiências contidas nos trabalhos de arte.

Na mesma linha de pensamento, a professora Ana Mae Barbosa (2014), ressalta que precisamos continuar a luta política e conceitual para conseguir que a Arte seja não apenas exigida, mas também, definida no currículo escolar como um campo de estudos específico e não apenas atividade. A autora questiona: “Não é possível uma educação intelectual, formal ou informal, de elite ou popular, sem arte”. Argumenta que “[...] é impossível o desenvolvimento integral da inteligência sem o desenvolvimento do pensamento divergente, do pensamento visual e do conhecimento presentacional que caracterizam a arte”. (BARBOSA, 2014, p.5-6).

Ao problematizar as formas de como o Ensino da Arte vem sendo tratado nas políticas públicas do país, a autora ressalta que não é só incluindo arte no currículo que vai favorecer o crescimento individual e o comportamento de cidadão como construtor de sua própria nação. Afirma ser necessário se preocupar como a arte é concebida e ensinada e ressalta que a escolha do conteúdo a ser trabalhado depende da ideologia do professor e dos códigos de valor dos alunos (BARBOSA, 1998).

Em suas pesquisas, duas questões são levantadas: “como se dá o conhecimento em arte?” e “o que ensinar?” Diz que a arte na educação é um importante instrumento para identificação cultural e desenvolvimento individual, enfatizando que:

A arte como linguagem aguçadora dos sentidos transmite significados que não podem ser transmitidos por meio de nenhum outro tipo de linguagem, tal como a discursiva ou a científica. Dentre as artes, as visuais, tendo a imagem como matéria-prima, tornam possível a visualização de quem somos, de onde estamos e de como sentimos. (BARBOSA, 2005, p. 99)

Ao abordar as mudanças e transformações do ensino da Arte a autora nos instiga a pensar a qualidade das práticas educativas e a formação do professor de Arte. Enfatiza que o mundo atual, assim como a arte atual, exige um leitor informado e um produtor consciente. Nesse sentido, compreende-se ser imprescindível que o professor para trabalhar nessa perspectiva, a sua formação inicial deverá prepará-lo. Entretanto, Barbosa afirma que: “a falta de uma preparação de pessoal para entender Arte antes de ensiná-la é um problema crucial, nos levando muitas vezes a confundir improvisação com criatividade” (BARBOSA, 2012, p. 15).

Nas pesquisas de Ana Mae Barbosa encontramos muitas contribuições significativas para pensar as práticas educativas em Arte na Educação. A autora adverte que ainda há escolas ensinando desenho geométrico em lugar de arte, outras dando xerox de personagens de Disney para colorir e professores dando imagens para copiar em nome da releitura. Ressalta:

Isso tudo ao lado de muita experiência imaginativa, inventiva, significativa, com fotografias, cinema, vídeo, montagens digitais, instalações e trabalhos de análise do ver imagens, objetos, crítica de publicidade, o mundo virtual e o mundo real em busca de interpretação de significados ou respostas imaginativas. (BARBOSA, 2015, p.16)

Nesse contexto de reflexões, entende-se que no processo de ensino/aprendizagem de Arte é necessário trabalhar com conhecimentos que tenham ressonância com a vida dos estudantes. Aproximá-los das formas de como são construídos os conhecimentos possibilitando apropriações e descobertas de novas possibilidades de aprender, é um caminho mais profícuo e democrático.

No entanto, para a concretização destes conhecimentos se faz necessário desenvolver nos estudantes a capacidade de percepção e compreensão com base em suas experiências artísticas/estéticas/culturais. Isso exige do professor generalista e especialista, dos anos iniciais da Educação Básica, uma formação que contemple a reflexão e a pesquisa contínua.

No campo da Arte, as discussões dos elementos curriculares que se articulam nas aulas de arte na perspectiva contemporânea têm revelado reflexões conceituais e metodológicas apontando indicadores para transformar as práticas educativas. Nesse sentido, para o ensino/aprendizagem de Arte exige-se do professor, de todas as etapas de ensino, uma atuação que possa construir conhecimentos tendo como referência a Abordagem Triangular³.

³Compreende-se que os três eixos da Abordagem Triangular são abordagens do processo ensino/aprendizagem que possibilitam qualificar as práticas educativas em Arte. Ana Mae

As ações da triangulação - ler, fazer e contextualizar - possibilitam conhecer e aprofundar cada modalidade artística com vistas a promover a formação artística/estética/cultural dos estudantes, conforme afirma Barbosa (1988, p.138): “[...] uma alfabetização para a leitura da imagem através da educação formal tornaria consciente toda aprendizagem, alimentando a capacidade de reflexão do estudante”.

Ao refletir sobre a arte/educação contemporânea a autora ressalta que “só um fazer consciente e informado torna possível a aprendizagem da Arte na Educação Básica”. Acrescenta:

O que a arte/educação contemporânea pretende é formar o conhecedor, fruidor, decodificador da obra de arte. Uma sociedade só é artisticamente desenvolvida quando ao lado de uma produção artística de alta qualidade há também uma alta capacidade de entendimento desta produção pelo público (BARBOSA, 2014, p.33).

De acordo com suas pesquisas, o fazer artístico possibilita desenvolver um processo de criação. Deve enfatizar o exercício das faculdades da percepção, imaginação e fantasia. A leitura desenvolve as habilidades de ver, julgar e interpretar as qualidades das obras, compreendendo os elementos e as relações estabelecidas no todo do trabalho. E a contextualização permite “mostrar que a arte não está isolada de nosso cotidiano, de nossa história pessoal” (BARBOSA, 2014, p.20).

Nesse cenário de fragilidades e incertezas, muitas questões surgem ao conhecer as práticas educativas em Arte nos espaços escolares e culturais em busca de respostas: Quais conhecimentos em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro são necessários nos anos iniciais da Educação Básica? A quase inexistência de professores de Arte para todas as modalidades artísticas nas redes de ensino, dificulta o ensino/aprendizagem? As propostas curriculares da SEDUC e da SEMEC contribuem para o desenvolvimento do componente curricular Arte com qualidade? Como os professores da SEDUC e SEMEC se manifestam sobre o ensinar/aprender Arte nos anos iniciais da Educação Básica?

As questões levantadas possibilitam refletir com base em autores citados acima e experiências que vivenciamos com a formação, que tanto o professor generalista (Pedagogia), quanto o professor especialista (Arte), para atuar nos anos iniciais da Educação Básica, ainda apresentam fragilidades teórico-metodológicas em suas formações para conduzir o ensino/aprendizagem de Arte, sendo necessário promover ações que priorizem à formação docente com qualidade, conforme detectou-se em

Barbosa (2010) ressalta que a Abordagem Triangular é aberta a reinterpretções e reorganizações, talvez por isso tenha gerado tantos equívocos, mas também gerou interpretações que a enriqueceram, ampliaram e explicitaram.

pesquisa realizadas anteriormente:

A obrigatoriedade do Ensino da Arte como componente curricular na Educação Básica, a partir da LDBEN nº9.394/96, ainda é um desafio nos desenhos curriculares das escolas brasileiras, em função das dificuldades apresentadas em cada região para garantir as modalidades artísticas – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro - na Educação Básica, e atender aos objetivos preconizados nos documentos oficiais do Ministério da Educação. Consideramos que a formação docente é uma das ações prioritárias no cenário de mudanças curriculares (MAGALHÃES, 2019, p.170).

Portanto, é necessário repensar os processos de ensino/aprendizagem na Educação Básica e garantir uma formação inicial docente pautada em competências éticas, técnicas e políticas. Uma atuação crítica e eficaz dos professores nos espaços escolares requer uma formação consistente. Porém, a história do ensino/aprendizagem de Arte revela descasos de toda ordem sendo necessário continuar a luta política e conceitual para garantir a permanência e obrigatoriedade da Arte nas escolas do Brasil.

A Legislação e o Ensino da Arte

O ensino de Arte no contexto da Educação Básica sempre foi motivo de questionamentos em função de interesses ideológicos, políticos e educacionais que permearam/permeiam a sua história. A Lei nº 5.692/71 determinou a obrigatoriedade da Arte que era denominada de Educação Artística nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, porém, não havia professores formados para atender a demanda.

Nesta Lei, a Educação Artística foi inserida no currículo escolar como mera atividade, e conforme ressaltam Fusari e Ferraz (2001, p.41-42), desde a sua implantação houve interesse em esclarecer o tratamento dado aos componentes curriculares previstos no artigo 7º, da Lei nº 5.692/71, conforme expressa a redação do Parecer nº 540/77: “não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses”. O parecer ressalta ainda: “é certo que as escolas deverão contar com professores de educação artística, **preferencialmente polivalentes** no primeiro grau. Mas o trabalho deve-se desenvolver sempre que possível por **atividades** sem qualquer preocupação seletiva” (BRASIL,1977, s/n, Grifos da autora).

Para Silva (2019), ao longo do tempo a própria nomenclatura utilizada para

denominar o ensino de Arte na Educação Básica foi sendo alterada. Diz a autora: “Na LDB de 1961 o ensino de arte, no currículo, recebeu o nome de “iniciação artística”. Na Reforma Educacional de 1971 passou a ser nomeado “educação artística”. Na LDB de 1996, identificamos o uso do termo “ensino de arte”. (SILVA, 2019, p. 271),

A autora considera ainda que a Lei nº 5.692/71 avançou em alguns aspectos, mas a concepção de atividade prevaleceu:

No caso específico da arte, foi um avanço garantir um espaço obrigatório no currículo. Isso teoricamente. No entanto, a concepção prevaleceu vinculada ao entendimento da Educação Artística como mera atividade. Em termos de qualidade de ensino da arte não se favoreceu as condições necessárias para tal (SILVA, 2019, p.281).

Segundo Pimentel (2017), a Lei nº5.692/71 instituiu as licenciaturas curtas e estabeleceu a integração do sistema educacional, desde o 1º grau até o nível superior. Então foram criados os cursos de Licenciatura curta em Educação Artística com as respectivas habilitações: Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Desenho, com o objetivo de formar os professores de Educação Artística. Muitas mudanças curriculares ocorreram e, dentre elas, a legitimação da polivalência.

A polivalência é oficializada, sendo que, em Educação Artística, sendo atividade – e não disciplina – obrigatória, a formação é feita nas mais diversas formas, desde cursos de fim de semana, passando por licenciaturas curtas a licenciaturas plenas em Educação Artísticas, todas de cunho polivalente (PIMENTEL, 2017, p.8).

Configurada de forma superficial em todos os níveis de ensino, a polivalência “tem se demonstrado impossível, produzindo um ensino inócuo, uma educação estética descartável, um fazer artístico pouco sólido e um apreciador de arte despreparado” (BARBOSA, 1988, p.88).

Para Rossi (2014), a polivalência ainda continua sendo um entrave no desenvolvimento do ensino/aprendizagem de Arte. Diz a autora:

Está claro então que, oficialmente, a polivalência está extinta no nível da Lei. No campo da reflexão ela vem sendo combatida desde o início do Pós-Modernismo da arte-educação brasileira, que, segundo Barbosa, data do início da década de 80, com o Festival de Inverno de Campos de Jordão (1983). Nessa década, em 1987, foi criada a FAEB (Federação de Arte-educadores do Brasil), sendo que o 1º Congresso Nacional aconteceu no ano seguinte. Desde a sua criação a FAEB condena a licenciatura curta para a formação do professor de Educação Artística e a polivalência. A primeira não existe mais, graças aos movimentos político-pedagógicos dos arte-educadores nos últimos 30 anos, mas a polivalência insiste em não sucumbir. (ROSSI, 2014, p. 92)

Ao problematizar a polivalência, no que diz respeito às exigências dos concursos públicos para a carreira do professor de Arte e no desenvolvimento do

componente curricular Arte na Educação Básica, a autora destaca que a situação chega a ser hilária, pois os professores são intimados a atuar em várias modalidades artísticas sendo contraditório se considerarmos a atual LDBEN nº 9.394/96. E questiona: “Talvez seja pertinente perguntar: de onde vem a ideia de polivalência? Como ela se apresenta na sociedade? Quem ou o quê divulga e legitima essa ideia? Como a disciplina poderá recuperar sua integridade no contexto mais amplo da sociedade? (Idem 2014, p. 93).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 é promulgada, sendo modificado o tratamento dado à área. Deixou de ser atividade e passou a ser área de conhecimento com alteração na nomenclatura de Educação Artística para Ensino da Arte.

No Artigo nº 26, § 2º da LDBEN nº9.394/96, que trata dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio consta a seguinte redação: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415/17). E no § 6º é esclarecido que “as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278/16).

Para consolidar a organização curricular de todas as áreas de conhecimento com base na referida Lei, o Governo Federal instituiu documentos oficiais com o propósito de orientar as ações curriculares. Dentre eles a Base Nacional Comum Curricular- BNCC a qual estabelece o que é ensinado nas escolas do Brasil na Educação Básica e para cada área de conhecimento há determinações que objetivam orientar as secretarias de Educação no processo de ensino/aprendizagem.

Assim, vemos que a Arte é componente curricular obrigatório em toda a Educação Básica e até 2021 os sistemas de ensino deverão implantar as mudanças da Lei 13.278/16, com professores de Arte para cada uma das quatro modalidades da Arte – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, sendo necessário aprofundar cada campo de conhecimento.

Porém, em função da indefinição de quais modalidades artísticas irão compor o currículo escolar, muitas questões surgem em busca de respostas no processo de implementação da BNCC: Haverá progressão das aprendizagens de Arte no contexto escolar? A integração das artes na perspectiva interdisciplinar (assim pensamos ser a orientação) não ficará comprometida em seu sentido conceitual e metodológicos se não há na maioria das escolas todas as modalidades artísticas?

Conforme foi discutido em trabalho anterior (PIMENTEL; MAGALHÃES,

2018), deixar a critério dos sistemas e redes de ensino a efetivação das aprendizagens em Arte é flexibilizar e fragilizar demais a orientação de um documento que é de obrigatoriedade nacional, e tem como objetivo a “redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros” (BRASIL, BNCC, 2017, p.5).

Nesse sentido, considera-se que as determinações da BNCC para o campo da Arte, precisam ser debatidas, analisadas e criticadas no processo de elaboração das propostas curriculares das secretarias de educação e outros momentos pedagógicos com vistas a esclarecer como o Ensino da Arte será desenhado no currículo das escolas da Educação Básica.

A atuação do professor de Arte e do professor de Pedagogia nos anos iniciais do Ensino Fundamental I

O ensino de Arte nos anos iniciais da educação básica, na maioria das escolas, fica à cargo do professor com formação em Pedagogia e raramente encontramos professores de Arte para cada modalidade artística - Artes Visuais, Dança, Música e Teatro na escola. O licenciado em Pedagogia, acaba achando normal desenvolver o ensino/aprendizagem de Arte e quase sempre o professor licenciado em uma das modalidades artísticas, também aceita as demandas da escola e determinações não dialogadas, deixando de realizar um trabalho significativo, que realmente contribua de forma efetiva com a formação artística/estética/cultural dos estudantes.

Ao refletir sobre a formação de professores de Arte e de Pedagogia para atuar na Educação Básica, Barbosa (2017, p.17) destaca que há dificuldades de definições do que é importante se aprender para ensinar Arte. Questiona: “Qual deve ser a preparação dos professores para realizar a complexa inter-relação entre Arte e Pedagogia?”. A autora ressalta:

Na preparação dos professores para o Fundamental I feita nos cursos de Pedagogia falta Arte e na formação dos professores do Fundamental II e Ensino Médio, feita nas Licenciaturas em Artes das universidades, falta Pedagogia, falta a compreensão de como pensa a criança e adolescente e de como se dá a recepção da imagem em diferentes idades do desenvolvimento, em diferentes profissões e diferentes culturas. (BARBOSA, 2017, p.17)

A autora evidencia ainda, que há necessidade de se pensar a formação de professores para atuar com o ensino de Arte de forma consistente e que haja o vínculo teórico-metodológico com as práticas vivenciadas no cotidiano escolar com vistas a mudar a escola. Ressalta que:

É necessário Artes nos cursos de Pedagogia (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) para o desenvolvimento da expressão, comunicação, autoconhecimento, capacidade crítica e resposta ao inesperado dos próprios professores. Artes no currículo dos pedagogos não pode ser reduzida simplesmente a ensinar algumas técnicas e jogos para trabalhar com crianças. Os pedagogos devem ter Artes para ampliar a percepção do mundo que os rodeia, da sua própria cultura e da dos outros, das suas emoções e afetos. Sem isto jamais serão bons professores de Matemática, Ciências, História, Português, Literatura etc. (BARBOSA, 2017, p.17)

As reflexões de Ana Mae Barbosa são pertinentes uma vez que o componente curricular Arte inserido na atual LDBEN nº 9394/96, com suas respectivas modalidades artísticas – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – e saberes específicos, necessita de professores especializados e atualizados, com propostas de ensino/aprendizagem que dialoguem com as questões contemporâneas de cada contexto social e cultural.

Nóvoa (2016) é contundente ao afirmar que nenhum de nós nasce professor, nós nos tornamos professores. Diz que a formação deve ser um processo de constituição de uma cultura profissional, de um gesto profissional, de uma maneira de ser profissional. Assim, é necessário que as Instituições de Ensino Superior tenham um comprometimento sério com a formação docente e que as mesmas se preocupem com a identidade profissional dos futuros professores.

As condições pedagógicas e estruturais são essenciais para a qualidade na formação profissional de professores nos cursos de Licenciatura conforme enfatiza Nóvoa (2016). Para o autor é importante entender as formas de organização das práticas educativas e pensar caminhos de organização coletiva do trabalho docente. Essas são ações necessárias no processo formativo.

É no processo de formação dos profissionais de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Pedagogia na UFPA que se observa a necessidade de não só garantir um lugar para Arte no currículo escolar, como também é necessário saber como o Ensino da Arte vem sendo concebido e ensinado nas escolas.

A situação é complexa e exige um posicionamento contínuo dos profissionais da área de Artes assim como investimentos em políticas públicas para o campo da Arte e seu ensino. É notório que a LDBEN nº 9.394/96 trouxe mudanças significativas para área de conhecimento Arte, deixando evidenciado que na Educação Básica a presença do Ensino da Arte é obrigatória e necessária à formação artística/estética/cultural dos estudantes. Porém, nos anos iniciais do Ensino Fundamental há necessidade de preparar os professores para atuar de forma significativa no campo da Arte e seu ensino.

De acordo com Coutinho (2012), a maioria das faculdades de educação e

cursos de Pedagogia não estão ainda preparados para responder atualizadamente a formação dos seus próprios educadores e as referências ao ensino de Arte são na maioria das vezes de caráter modernista, fundamentadas em uma concepção psicopedagógica, centradas no desenvolvimento da criatividade e da expressão pessoal do aluno. Afirma que são poucos os cursos de Pedagogia no Brasil que estão procurando sintonizar-se com as recentes propostas de ensino de Arte.

Assim sendo, articular a relação teoria/prática em diálogo constante com os fundamentos metodológicos que cada professor elabora na construção das propostas curriculares no sentido de se fazer/pensar Arte de modo consistente é um caminho profícuo. E concordando com Iavelberg (2016, p. 85): “Ser professor de Arte é pertencer a uma comunidade educativa que troca experiências, reconhece a necessidade de fundamentos e reconstrói permanentemente a reflexão e a ação didática”.

Nesse sentido, há necessidade de ações pontuais para o redirecionamento do ensino/aprendizagem na Educação Básica com vistas a propor práticas educativas críticas no enfrentamento das mudanças curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (MAGALHÃES, 2018).

Ampliar o debate sobre a polivalência no ensino/aprendizagem de Arte, que ainda é muito presente nas práticas educativas dos professores dos anos iniciais da educação básica, é uma ação necessária. Reconhecer a importância da área de Artes nos anos iniciais no contexto social, cultural e humano é um desafio constante.

Considerações possíveis

As reflexões sobre o ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica, a legislação e o Ensino da Arte, e a atuação do professor de Arte e do professor de Pedagogia nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, foram assuntos abordados neste artigo que teve o propósito de compartilhar a pesquisa em desenvolvimento tendo como base algumas referências sobre a temática.

No decorrer das ações desenvolvidas foi possível realizar levantamentos e estudos que possibilitaram aprofundar os conceitos de Ensino/Aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica; Arte nos anos iniciais do ensino fundamental e suas modalidades artística (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e sobre a Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

Considerando esses levantamentos e estudos iniciais no desenvolvimento da pesquisa, percebe-se que a mesma se constitui um campo de estudos necessário para as políticas públicas nas áreas de Artes e Educação, especialmente em função de

possibilita ampliar a discussão dessa temática nas universidades e escolas da educação básica. Nesse sentido, entende-se que a pesquisa articulada à escola pública é um caminho desafiador para qualificar as práticas educativas em Arte e ressignificar o ensino/aprendizagem.

As análises preliminares desta pesquisa em andamento apontam para a necessidade de se investir em políticas educacionais que priorizem o ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais da educação básica com qualidade, objetivando ampliar as possibilidades de garantir a democratização da Arte nas escolas públicas.

Com base nas referências bibliográficas e experiências com a formação docente, observa-se que os caminhos percorridos para implementação da Arte e seu ensino no currículo escolar são permeados por fragilidades teórico-metodológicas e ameaças, corroborando para o não reconhecimento da área no currículo da Educação Básica.

Entende-se que o fim da polivalência no ensino de Arte poderá propiciar uma maior qualidade das práticas educativas possibilitando ao professor estudar e aprofundar os conteúdos das expressões artísticas mais especificamente. No entanto, há entraves, e dentre eles, as políticas públicas não levam em conta as mudanças nos documentos oficiais do MEC que deixam evidente o fim da polivalência.

Nesse sentido, os processos de ensino/aprendizagem de Arte nos anos iniciais que serão relatados pelos professores participantes desta pesquisa possibilitarão ampliar a discussão acerca das concepções subjacentes às práticas educativas, compondo um quadro teórico-metodológico rico para ser analisado.

Assim, espera-se conhecer no processo de coleta e análise dos dados, como os processos de ensino/aprendizagem são desenvolvidos pelos professores, as dificuldades e soluções que encontram no exercício de ensinar/aprender Arte, as formas de elaboração dos planejamentos e os modos como reorganizam os processos pedagógicos e curriculares para atender as orientações dos documentos oriundos do MEC.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação é arte e pedagogia. In: LIMA, Sidiney P. F. de (org.). **Arte e pedagogia: a margem faz parte do rio**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017. Vários autores. p.17-37.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). **Arte-educação contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação: conflitos/acertos**. São Paulo: Max Limonad, 1988.
- BARBOSA, Ana Mae. As mutações do conceito e da prática. In: BARBOSA, Ana Mae (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae. **Redesenhando o desenho: educadores, política e história**. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, F. Pereira da. (org.). **Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>. Acesso em: 15 de mar. 2021.
- BRASIL. **Parecer do Conselho Federal de Educação nº 540 de 10 de fevereiro de 1977**. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei nº 5.692/71. Brasília, 1977.
- COUTINHO, Rejane. Formação de Professores de Arte. In: BARBOSA, Ana Mae (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 153-159.
- FUSARI, Maria Felisminda. de Rezende; FERRAZ, M. Heloísa C. **Arte na educação escolar**. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2001.
- IABELBERG, Rosa. O professor em foco na arte-educação contemporânea. In: **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 82-95, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/gearte>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos. **Experiências de ensinar/aprender artes visuais [manuscrito]: o estágio curricular como campo de investigação na formação inicial docente**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. – 2019. 193 p.

MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és”: as experiências pessoais e profissionais do trabalho docente ao ensinar/aprender Artes Visuais. In: **Anais** do XXVIII Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil e VI Congresso Internacional de Arte-Educadores – “CONFAEB 30 Anos : Ações Políticas de/para enfrentamentos, resistências e recriações”. Brasília, 2018 p-2359-2373.

MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos. Experiências de Ensinar/Aprender Arte no curso de Pedagogia: desafios e perspectivas na formação docente. In: LIMA, Sidiney Peterson Ferreira de. **Arte e Pedagogia: a margem faz parte do rio**. São Paulo: 2017 p-141-156.

NÓVOA, António. **O lugar da licenciatura**. In: Ensino Superior, Publicado em 8/11/2016. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/o-lugar-da-licenciatura/> Acesso em: 20 ago. 2018.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. **Ontens e hojes não fazem um amanhã: aprendizagens resistentes em Artes Visuais**, In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 2017, Campinas Anais do 26º Encontro da Anpap. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p.2831-2845.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa; MAGALHAES, Ana Del Tabor Vasconcelos. Docência em arte no contexto da BNCC: É preciso reinventar o ensino/aprendizagem em Arte? **Revista GEARTE**, Porto Alegre: UFRS, v. 5, n. 2, p. 220-231, mai./ago. 2018.

ROSSI, Maria Helena Wagner. A pesquisa no campo da arte-educação visual e o ensino da arte na educação básica. **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 6-100, abr. 2014. <http://www.seer.ufrgs.br/gearte>

SILVA, e Maria Betânia. Reflexos históricos: por que uma aula de arte?, In: **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 29, n.61, 2019. P.269-286. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10860/11208> Acesso em 27 mar.2021.

SMITH, Ralph. Excelência no ensino da arte. In: BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (org.). **Arte-educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 1997. p.95-109.